

POR UM TRIZ E MUTILADO

RECUSA DE 'FAST TRACK' TERIA SIDO INFORTÚNIO PARA A ECONOMIA MUNDIAL

MARCELO DE PAIVA ABREU

Em vários momentos da história, o Congresso dos EUA notabilizou-se por decisões que tiveram conseqüências desfavoráveis para o sistema multilateral de comércio e, portanto, para a economia mundial. O exemplo clássico é a aprovação da tarifa protecionista em 1930, quando a depressão econômica nos EUA e no mundo ainda podia permitir frases que ganhariam celebridade por sua inépcia a posteriori como a do presidente Hoover: "O pior já passou." O pior estava longe de ter passado, entre outras razões porque a política de "empobrecer o vizinho" (*beggar-my-neighbour*), através da redução de importações e aumento da produção interna de bens competitivos, foi imitada por outros países e acelerou a queda do comércio e do nível de atividade em escala mundial. Outra famosa decisão anticomércio do Congresso dos EUA foi a não ratificação da carta da International Trade Organization, que havia sido laboriosamente negociada na conferência de Havana em 1948. O resultado foi que durante 45 anos um mirrado Gatt teve de cumprir o papel de terceiro pilar, juntamente com o Fundo e o Banco Mundial, do sistema econômico e financeiro multilateral.

A aprovação da concessão de autoridade negociadora ao Executivo pelos deputados norte-americanos na última quinta-feira abriu caminho para a sua aprovação definitiva no Senado no ano que vem e evitou o enriquecimento imediato do currículo parlamentar norte-americano quanto a decisões que prejudicam a liberalização multilateral. A rejeição da Trade Promotion Authority (TPA) teria sido desastrosa, especialmente no momento delicado que atravessa a economia mundial: em grande medida cancelaria a sinalização benéfica gerada pelo lançamento de nova rodada da OMC em Doha e, no plano hemisférico, colocaria em banho-maria as negociações da Alca.

A aprovação do fast track, entretanto, não é mais do que condição necessária ao lançamento ou continuação de negociações comerciais. Resultados equilibrados, ou seja distribuição equitativa de benefícios, na Alca e na OMC, dependem de os EUA serem capazes de oferecer reais concessões a seus parceiros comerciais. Mas as condições que caracterizaram a trabalhosa negociação para obter o apoio de deputados recalcitrantes, e garantir a aprovação da TPA por um único mísero voto, reduzem significativamente o escopo das ofertas de liberalização que o Executivo dos EUA poderá fazer no futuro. É verdade que as referências a meio ambiente e normas trabalhistas são relativamente inocentes. Mas, em compensação, os compromissos assumidos na reta final de votação com representantes de Estados demandantes de proteção para cítricos e têxteis, como a Flórida e a Carolina do Norte, reduziram significativamente o escopo para uma redução futura da proteção a estes produtos nos EUA. Além disto, possivelmente com um olho na China, foi incluída uma espantosa cláusula sobre instrumentos para conter ameaças implícitas na possível manipulação da taxa de câmbio por governos estrangeiros de que resultariam vantagens comparativas "artificiais" no comércio internacional. Durante décadas o FMI, o velho Gatt e a OMC engajaram-se em cruzada em defesa de regimes cambiais flexíveis, amplamente preferíveis ao uso reiterado de controles quantitativos de importações. O precedente aberto pela universalização desta provisão inepta aprovada pelo Congresso dos EUA constitui séria ameaça ao atual ordenamento das relações comerciais e não encontra amparo na legislação internacional. Como se não bastassem as dúvidas provocadas pela leitura dos detalhes do fast track, no dia seguinte à decisão dos deputados, a International Trade Commission decidiu recomendar ao presidente Bush a imposição de tarifas de 20 a 40% ad valorem sobre importações de produtos siderúrgicos, em vista da situação crítica dos produtores norte-americanos. As recentes decisões norte-americanas quanto a uma política comercial parecem sugerir que, a despeito de declarações de intenções que poderiam sugerir mudança de curso em vista de novos

objetivos políticos, a estratégia que prevalece é a do business as usual, ou seja, usar de forma bastante truculenta o enorme poder de barganha dos EUA.

Desde a década de 1930, o processo decisório relativo à política comercial dos EUA tem sido objeto de estudo sistemático. O estudo pioneiro é de E. E. Schattschneider, *Politics, Pressure and the Tariff. A Study of Free Private Enterprise in Pressure Politics, as Shown in the 1929-1930 Revision of the Tariff*, Nova York, 1935. O protecionismo sobrevive, embora seu efeito líquido seja adverso do ponto de vista coletivo, porque o incentivo para que os consumidores defendam os seus interesses é modesto, enquanto o incentivo para que as empresas que dele se beneficiam é muito maior e garante que se mobilizem na defesa da proteção. O problema é agravado nos EUA porque o sistema político incentiva a importância de membros individuais do Congresso. Ao permitir o relaxamento da disciplina partidária, abre espaço para pressões sobre congressistas, muito menos provável no parlamentarismo clássico. Parece difícil acreditar que o Executivo não dispusesse de moeda de troca alternativa para angariar o apoio de congressistas pressionados por lobbies protecionistas que não envolvesse o abastardamento da autoridade negociadora. Segundo Schattschneider, o processo decisório relativo à política comercial nos EUA é governado pela política de pressões (pressure politics). Governar é administrar pressões. Permitir que pressões setoriais se manifestem de forma descontrolada é abdicar do exercício do governo. O Executivo dos EUA parece ter escolhido a segunda opção e certamente terá grandes dificuldades na condução da sua política comercial nos próximos três anos.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio